



INFORMAÇÃO

Prova de Equivalência à Frequência

Direito

Prova 329 | 2017

12.º Ano de Escolaridade

1. Introdução

O presente documento visa divulgar as características da **prova** de exame de equivalência à frequência do ensino secundário da disciplina de Direito, a realizar em 2015 pelos alunos que se encontram abrangidos pelos planos de estudo instituídos pelo Decreto-Lei n.º139/2012, de 5 de julho.

2. Objeto da avaliação

A prova tem por referência o Programa, em vigor, da disciplina de Direito, nomeadamente os seus objetivos gerais e específicos, susceptíveis de avaliação numa prova de duração limitada.

Competências:

- Articulação de conteúdos estudados em diferentes unidades letivas do programa da disciplina.
- Análise de textos, e diplomas legais
- Utilização correta de terminologia jurídica
- Estruturação adequada da resposta
- Objetividade e capacidade de síntese
- Sentido crítico
- Identificação, explicitação e definição de conceitos
- Resolução de casos práticos

Conteúdos:

Tema I O Homem a sociedade e o Direito

1. Reconhecer que cada sociedade tem o seu ordenamento jurídico
2. Distinguir as diferentes ordens normativas
3. Explicitar as características das normas jurídicas
4. Identificar e caracterizar os Órgãos de Soberania
5. Analisar a problemática do Estado de Direito ao estado social de Direito

Tema II - As Fontes de Direito

1. Identificar e caracterizar as fontes de Direito do Sistema Jurídico Português

Tema III - O controlo da legalidade

- 1- Comentar Artigos da Constituição relacionados com a Legalidade e Direitos fundamentais

Tema IV - Elementos da Relação Jurídica

- 1- Explicar conceitos e conteúdos no âmbito da Relação Jurídica
- 2- Identificar os Elementos da Relação Jurídica
- 3- Conhecer e caracterizar as garantias das Obrigações

Tema V - A prática do Direito

- 1- Conhecer o modo de acesso ao direito e aos Tribunais
- 2- Conhecer a figura do apoio judiciário

Tema VI - O Direito Comunitário



- 1- Identificar a estrutura orgânica da U.E.
- 2- Analisar dados constantes de textos e diplomas legais

3. Características e estrutura

- A prova será composta de quatro grupos
- A prova inclui itens de resposta curta, e de resposta de composição extensa
- A prova pode implicar a formulação de questões que pressuponham articulação de saberes constantes dos subtemas objecto desta prova.
- A prova inclui interpretação de diplomas legais, ou preceitos do Código Civil
- A prova inclui comentário de textos

4. Critérios gerais de classificação

- Adequação das respostas às questões formuladas
- Utilização correta do vocabulário específico da disciplina
- Expressão de ideias de forma clara, organizada e cientificamente correta
- Objetividade e capacidade de síntese
- Sentido crítico

Itens de construção

Resposta curta

- A classificação é atribuída de acordo com os elementos de resposta solicitados e apresentados

Resposta extensa

- Os critérios de classificação apresentam-se organizados por níveis de desempenho. A cada nível de desempenho corresponde uma determinada pontuação
- A avaliação das competências de comunicação escrita poderá ser valorizada em 10% da cotação do item a avaliar

Descritores

Níveis	Descritores
3	Composição bem estruturada, sem erros de sintaxe, pontuação ou ortografia cuja gravidade não implique perda de inteligibilidade e/ou sentido
2	Composição razoavelmente estruturada, com alguns erros de sintaxe, pontuação ou ortografia cuja gravidade não implique perda de inteligibilidade e/ou sentido
1	Composição sem estrutura, com erros de sintaxe, pontuação ou ortografia cuja gravidade implique perda de inteligibilidade e/ou sentido

5. Material

- Constituição da República Portuguesa.
- Caneta ou esferográfica azul ou preta, não sendo permitido utilizar lápis ou corretor.

6. Duração

A prova tem a duração de 90 minutos, sem tolerância